



BOLETIM TRIMESTRAL DE INDICADORES DO TRABALHO

Nº 02/2021 Período de referência: 2º trimestre de 2021

Carlos Moisés da Silva
Governador do Estado de Santa Catarina

Luciano José Buligon
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Diego Goulart
Diretor de Desenvolvimento de Emprego e Renda

Ricardo Amorim
Gerente de Políticas de Emprego e Ocupação

Elaboração:

Pietro Caldeirini Aruto, Economista

Florianópolis, 31 de agosto de 2021



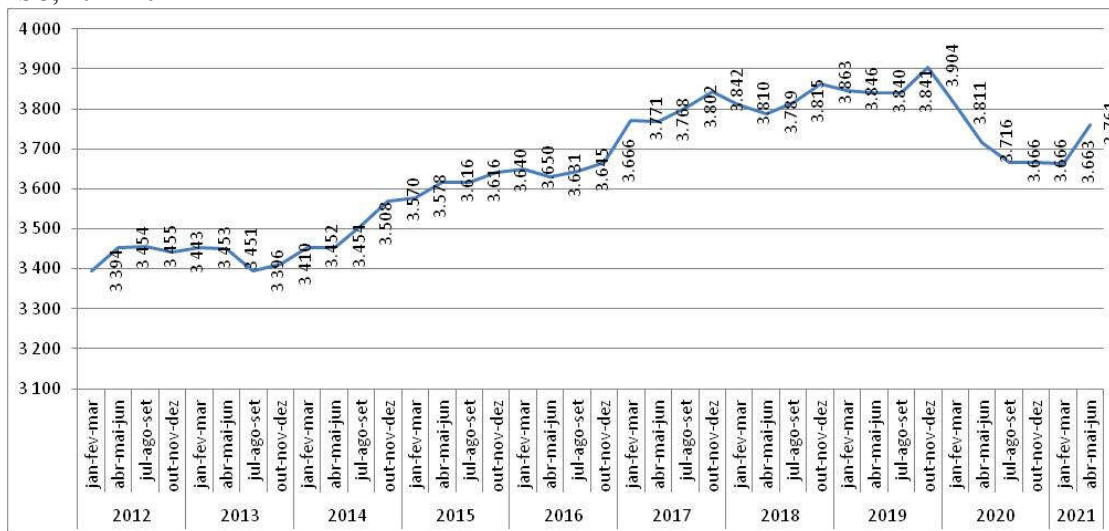
INTRODUÇÃO

O Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho é uma publicação periódica da Diretoria de Emprego e Renda (DIER/SDE) no qual se apresenta a evolução dos principais indicadores do mercado laboral em Santa Catarina. O objetivo é oferecer um instrumento sintético de monitoramento das condições do mercado de trabalho para subsidiar a reflexão e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas de trabalho e desenvolvimento econômico no Estado. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua – PNADC, divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹.

Força de trabalho: classifica-se como força de trabalho o conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência.

Conforme dados da última PNADC/IBGE, a força de trabalho em Santa Catarina está estimada em 3,76 milhões de pessoas. Na comparação com o trimestre anterior (jan/fev/mar. 2021), houve um aumento significativo de quase 98 mil pessoas (variação de 2,7%, o maior crescimento trimestral da série histórica). A despeito desse aumento, a força de trabalho catarinense ainda se encontra 3,7% abaixo do nível pré-pandemia, quando então 3,9 milhões de catarinenses estavam ocupados ou procuram uma ocupação.

Gráfico 1: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho (em milhares), por trimestre - SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

¹ Disponível em: [Divulgação trimestral | IBGE](#)



População ocupada: Classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período, trabalharam pelo menos 1 hora completa em trabalho remunerado ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), em trabalho sem remuneração direta ou as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas. As **posições na ocupação** classificam-se em: empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar. A **categoria da ocupação** se refere ao enquadramento legal dessas posições, tais como: empregado com ou sem carteira de trabalho assinada, regime estatutário, empregador e conta própria com ou sem CNPJ.

De acordo com a PNADC/IBGE, em Santa Catarina a população ocupada soma 3,542 milhões de pessoas, o que representou uma variação de 3,1% em relação ao trimestre anterior e de 2,4% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado. Para o Brasil, os ocupados somaram 87,8 milhões, um crescimento de 2,5% em relação ao trimestre anterior.

A tabela 1 abaixo apresenta as estimativas e variações segundo as categorias de ocupação em Santa Catarina para o segundo trimestre de 2021.

Tabela 1: Ocupados por posição na ocupação, setor, categoria do emprego e atividade econômica no trabalho principal – SC, 2º trimestre de 2020 e 1º e 2º trimestre de 2021

Indicadores		Estimativas dos trimestres			Variação em relação ao trimestre jan-fev-mar/2021		Variação em relação ao trimestre abr-mai-jun/2020	
		abr-mai-jun 2020	jan-fev-mar 2021	abr-mai-jun 2021	Diferença	VAR%	Diferença	VAR%
Ocupada		3.458	3.435	3.542	107	3,1	84	2,4
ocupadas por posição na ocupação, setor e categoria do emprego no trabalho principal	Empregado	2.376	2.278	2.366	88	3,9	-10	-0,4
	Setor privado (exclusive trabalhador doméstico)	1.820	1.737	1.832	95	5,5	12	0,6
	Com carteira	1.647	1.536	1.649	113	7,4	3	0,2
	Sem carteira	174	200	183	-18	-8,8	9	5,0
	Trabalhador doméstico	150	140	141	1	0,5	-9	-6,3
	Com carteira	59	56	51	-4	-7,8	-7	-12,6
	Sem carteira	91	84	89	5	5,9	-2	-2,2
	Setor público	405	402	394	-8	-2,0	-12	-2,9
	Com carteira	46	55	55	0	-0,1	10	21,3
	Militar e funcionário público estatutário	310	293	279	-14	-4,7	-31	-10,0
	Sem carteira	49	53	59	6	10,9	10	19,3
	Empregador	192	188	185	-3	-1,7	-7	-3,5
	Com CNPJ	177	175	170	-5	-3,1	-7	-4,2
	Sem CNPJ	15	13	15	2	17,0	1	3,9
Conta própria	818	881	913	32	3,7	95	11,6	
Com CNPJ	277	316	324	9	2,7	47	16,8	
Sem CNPJ	540	565	589	24	4,2	48	9,0	
Trabalhador familiar auxiliar	73	88	78	-10	-11,2	5	7,2	
ocupadas por grupamentos de atividade do trabalho principal	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e ...	343	344	340	-4	-1,1	-2	-0,7
	Indústria geral	787	767	808	41	5,3	21	2,7
	Construção	205	220	234	15	6,7	29	14,1
	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	629	595	615	19	3,3	-14	-2,2
	Transporte, armazenagem e correio	162	169	193	24	14,3	31	18,9
	Alojamento e alimentação	122	92	109	18	19,1	-13	-10,6
	Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	411	424	420	-5	-1,1	9	2,1
	Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	535	559	546	-13	-2,4	11	2,0
	Outros serviços	112	118	132	13	11,1	20	17,5
	Serviços domésticos	150	144	143	-1	-0,7	-7	-4,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.



Em termos relativos, entre o primeiro e segundo trimestre de 2021, a posição com maior crescimento em Santa Catarina foi de empregado, com 3,9%, principalmente no segmento privado (5,5%) e, dentro deste, com carteira de trabalho assinada (7,4%). O desempenho do setor privado chama atenção, pois ela é subcategoria ocupacional que apresenta o maior contingente absoluto e, como visto, teve crescimento relativo expressivo. Com isso, quase nove de cada dez novas ocupações geradas entre o primeiro e segundo trimestre no estado foram empregados no setor privado. Os ocupados na posição de conta própria também apresentaram um aumento entre os trimestres, na ordem de 3,7%, principalmente devido ao segmento dos sem CNPJ (4,2%). Por sua vez, a posição de empregador e a de trabalhador familiar auxiliar apresentaram uma redução no número de trabalhadores entre os trimestres do ano, de 3 mil e 10 mil ocupados, respectivamente.

Quanto às atividades econômicas em Santa Catarina, entre o primeiro e o segundo trimestre, o aumento das ocupações foi puxado pela Indústria geral (+41 mil), Transporte, armazenagem e correio (+24 mil), Comércio e reparação (+19 mil) e Alojamento e Alimentação (+18 mil). Por sua vez, “Serviços domésticos” (-1 mil), “Agricultura, pecuária (...)” (-4 mil), “Informação, comunicação (...)” (-5 mil) e, sobretudo, “Administração pública (...)” (-13 mil) tiveram uma redução no total de trabalhadores.

População desocupada: classificam-se como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência da pesquisa. Consideram-se também como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de 4 meses após o último dia da semana de referência.

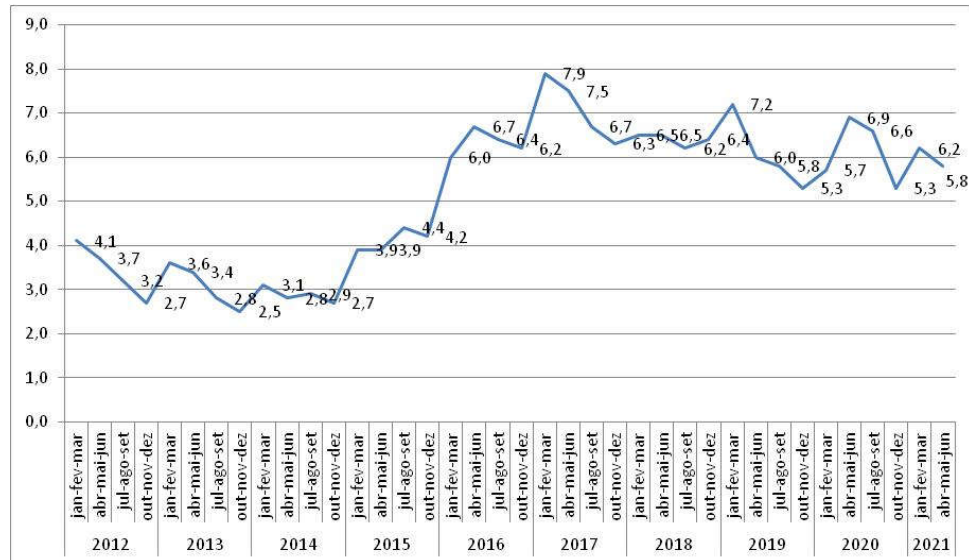
Em Santa Catarina, de acordo com os dados da PNADC/IBGE, o número de desocupados chegou a 219 mil pessoas neste segundo trimestre de 2021. Na comparação com o trimestre anterior, a redução foi de 4% (resultado da diminuição de 9 mil pessoas nessa condição). Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a variação foi de -14,9% (consequência da redução de 38 mil).

Com esse cenário, a taxa de desocupação (que mede a proporção de desocupados em relação ao total da força de trabalho) desceu de 6,2% (no primeiro trimestre de 2021) para 5,8% (primeiro trimestre de 2021), portanto, diferença pequena de 0,4 pontos percentuais. Na comparação com igual trimestre do ano anterior, a variação foi de -1,1 p.p. Considerando a série histórica, a atual taxa de desocupação se encontra 0,7 p.p. acima da média de todo período (5,1%) e 0,5 p.p. do patamar pré-pandemia (5,3%). Em relação às demais unidades da federação, Santa Catarina detém a menor taxa de desocupação. No país, a taxa de desocupação



para o período foi estimada em 14,1%, uma redução de 0,6 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2021.

Gráfico 2: Taxa de desocupação na semana de referência (em %) por trimestre – SC, 2012-2021



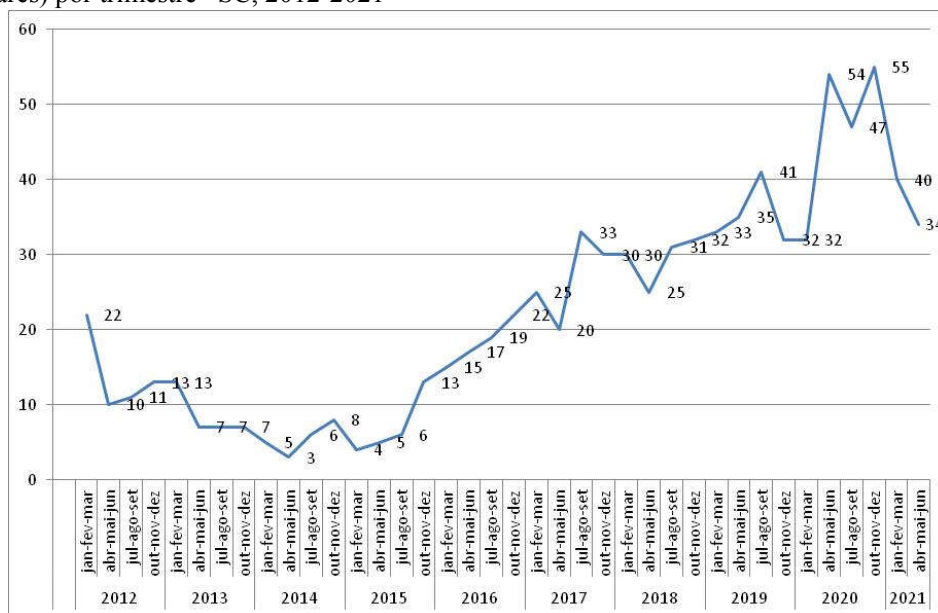
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

POPULAÇÃO DESALENTADA: definida pelo conjunto das pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho (porque não conseguia trabalho adequado, ou não tinha experiência ou qualificação, ou era considerada muito jovem ou idosa, ou não havia trabalho na localidade em que residia etc.), mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Também de acordo com a PNADC/IBGE, 34 mil pessoas encontravam-se em situação de desalento em Santa Catarina. Em relação ao trimestre anterior, houve uma redução expressiva de 13,5% (o equivalente a 5 mil pessoas saindo dessa condição). Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a variação foi de -36,6%.



Gráfico 3: Pessoas de 14 anos ou mais de idade desalentadas, na semana de referência (em milhares) por trimestre– SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

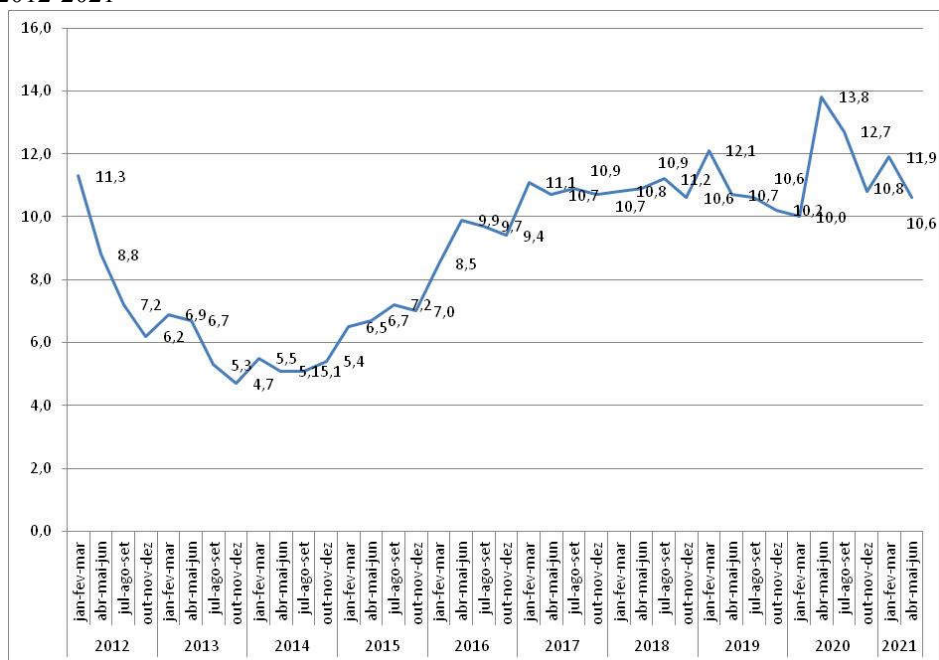
TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: Considera a proporção de pessoas desocupadas, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial (composta por pessoas em duas situações: (I); realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana (II) não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis na semana) sobre a quantidade de pessoas na força de trabalho ampliada (força de trabalho e força de trabalho potencial).

Segundo dados da última PNADC/IBGE, 10,6% da população que compõe a força de trabalho ampliada no período do 2º trimestre de 2021 encontrava-se subutilizada em Santa Catarina, conforme demonstrado no gráfico 4. Na comparação com o trimestre anterior, houve uma queda de 1,3 p.p., fazendo com que a atual taxa de subutilização da força de trabalho se encontre em patamar mais baixo do que aquele do início da pandemia. Para o mesmo trimestre de 2020, a queda na taxa foi de -3,2 p.p. Com isso, Santa Catarina apresenta a menor taxa de subutilização da força de trabalho na listagem estadual, significativamente abaixo da média brasileira, de 28,6% (redução de 1,1 p.p. frente ao trimestre anterior).

Desagregando a taxa de subutilização da força de trabalho em Santa Catarina, a redução do patamar no segundo trimestre de 2021, frente ao anterior, foi verificado para os desocupados (-9 mil), para os subocupados (-5 mil) e, principalmente, para os trabalhadores na força de trabalho potencial (-28 mil). Desagregando a força de trabalho potencial, a redução expressiva se deu pelo contingente daqueles que buscaram por trabalho, mas não estavam disponíveis para trabalhar na semana, uma vez que os desalentados teve uma redução mais tímida (-5 mil).



Gráfico 4: Taxa composta da subutilização da força de trabalho (em %), por trimestre – SC, 2012-2021



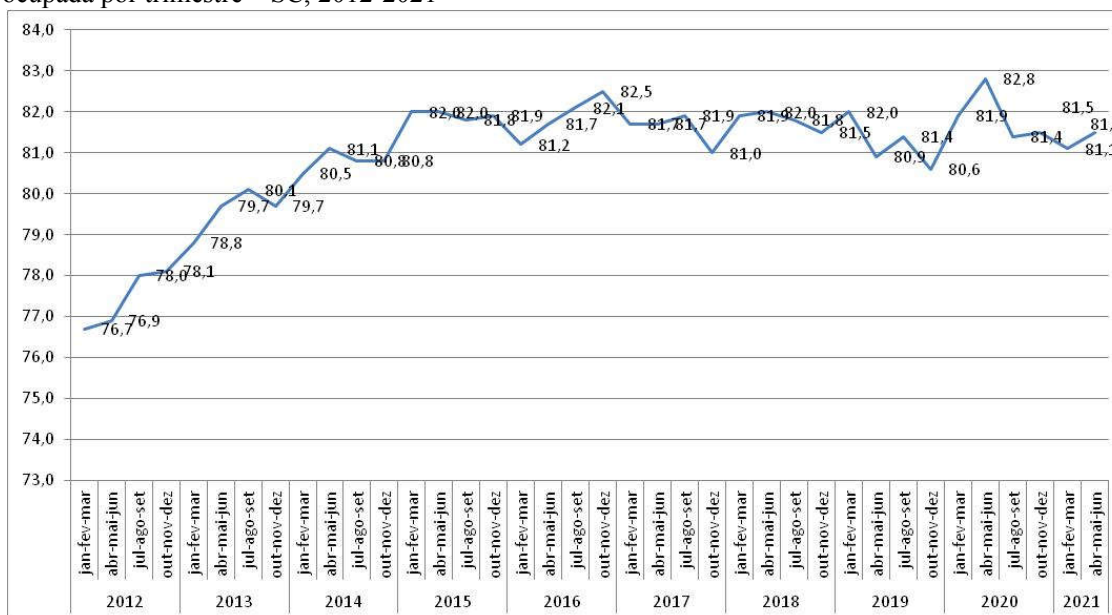
Fonte: PNAD Contínua/IBGE

TAXA DE FORMALIDADE: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência dentro da população ocupada na semana de referência (em %)

Ao tomar o percentual de pessoas ocupadas que contribuíram para a previdência como indicador de formalidade, a taxa estadual foi de 81,5% no segundo trimestre de 2021, conforme gráfico 5. Com esse resultado, Santa Catarina aumentou a participação de trabalhadores formais em 0,4 p.p. frente ao trimestre anterior. Esse resultado consolida a liderança do Estado na listagem das unidades da federação com a maior incidência relativa de ocupados contribuintes para a previdência, bem acima da taxa brasileira, de 63,2% (redução de 1, p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2021).



Gráfico 5: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência na população ocupada por trimestre – SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO

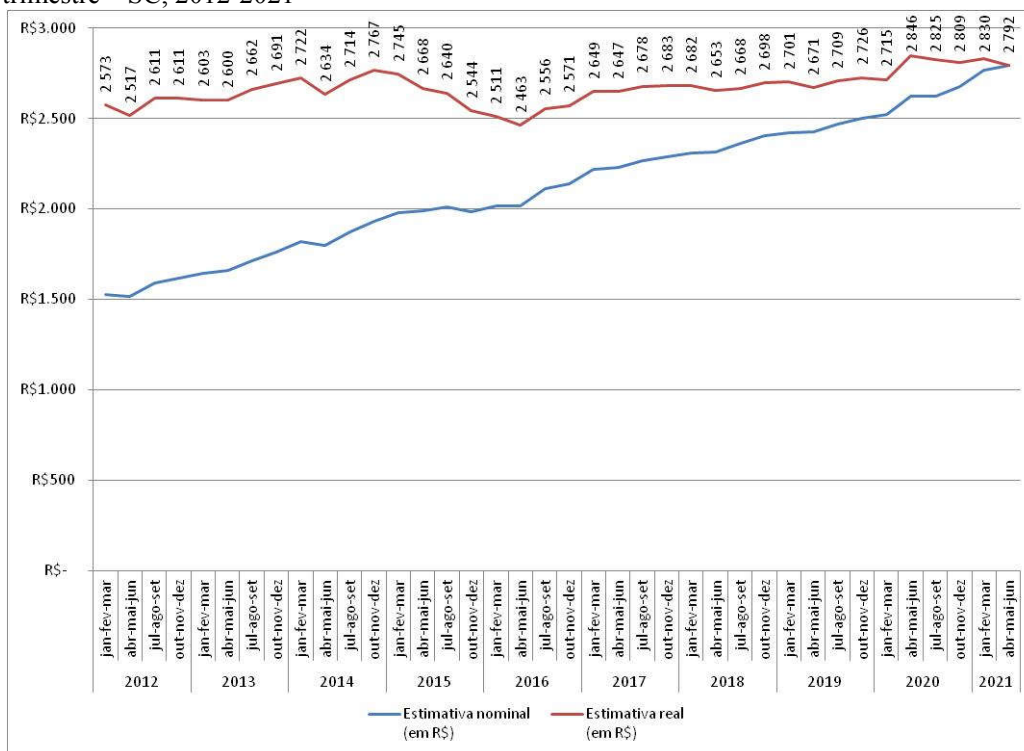
PRINCIPAL: É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana de referência da pesquisa

No 2º trimestre do ano, o rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal equivaliu a R\$ 2.792, conforme gráfico 6. Em relação ao trimestre anterior, houve uma redução no rendimento médio real de 1,4%, ou seja, houve uma redução do poder de compra do salário do trabalhador catarinense no último trimestre, em torno de R\$ 38. Na comparação com o segundo trimestre de 2020, o queda do rendimento em termos reais foi de 1,9% (o equivalente a R\$ 54, em termos absolutos). Frente às demais unidades da federação, Santa Catarina ocupa a quarta colocação na listagem dos maiores rendimentos. Em relação ao Brasil, o rendimento do trabalhador catarinense foi 12% maior no segundo trimestre de 2021.

A queda no rendimento real deve ser analisada à luz do processo desigual de recuperação econômica, na conjuntura da pandemia. Em primeiro lugar, a redução do patamar do rendimento médio pode ser uma decorrência do aumento das ocupações que passa a incorporar (ainda mais) profissões com menor rendimento (e que tinham sofrido de forma mais imediata os impactos da crise no ano passado). Em segundo lugar, a queda do rendimento real pode estar atrelada também ao aumento no nível geral de preços, que reduz o poder de compra dos salários.



Gráfico 6: Rendimento médio real e nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas com rendimento (em R\$) por trimestre – SC, 2012-2021



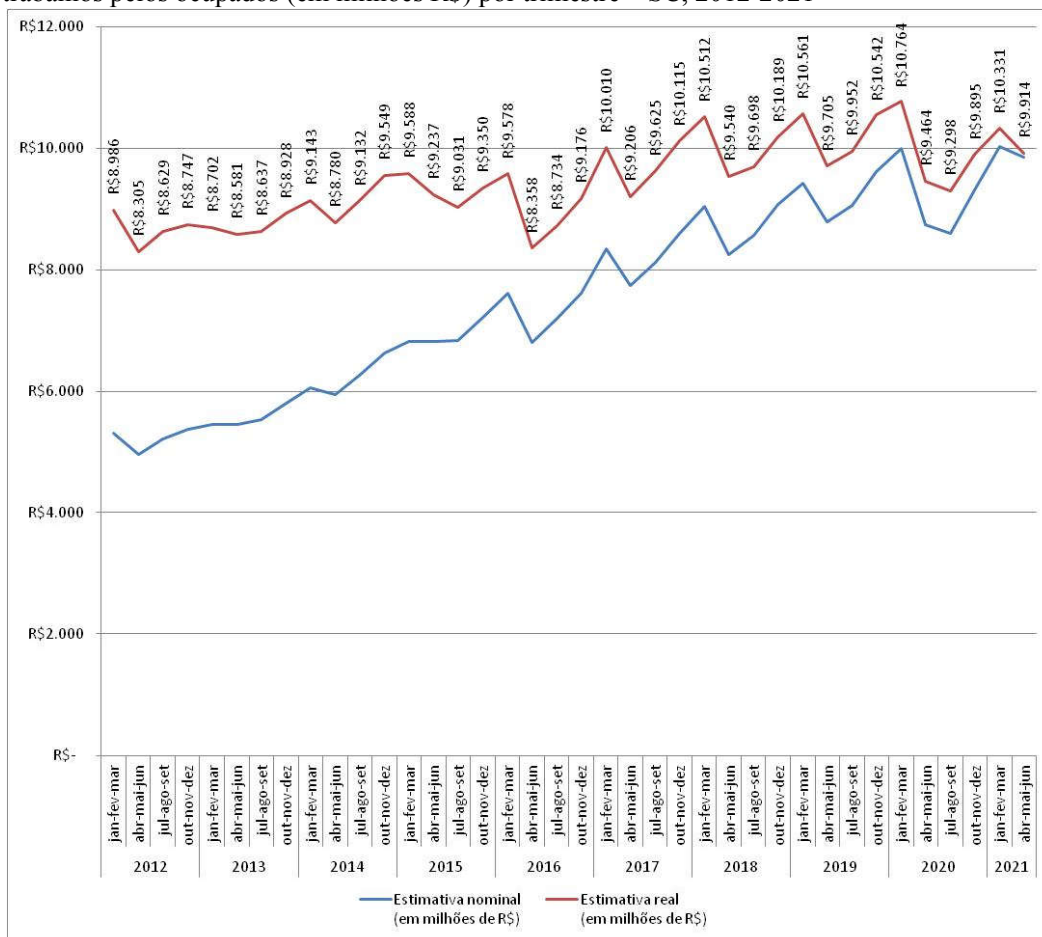
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Utiliza o deflator Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do mês do meio do último Trimestre de coleta divulgado.

MASSA DE RENDIMENTOS REAIS EFETIVAMENTE RECEBIDOS EM TODOS OS TRABALHOS PELOS OCUPADOS: É a soma dos rendimentos brutos efetivamente recebidos de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

O gráfico 7 destaca a massa de rendimentos reais no total do Estado no segundo trimestre de 2021. Nesse período, o total de ocupados recebeu R\$ 9,9 bilhões. Frente ao resultado do trimestre anterior, houve uma queda real de 4%, variável importante que reflete diretamente os impactos da crise econômica e a retomada das atividades. De fato, com base na série histórica, a atual massa de rendimentos do trabalho se encontra ainda em um patamar abaixo da massa de rendimentos do primeiro trimestre de 2020, em torno de 8% menor.



Gráfico 7: Massa de rendimentos nominais e reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos pelos ocupados (em milhões R\$) por trimestre – SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Utiliza o deflator Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do mês do meio do último Trimestre de coleta divulgado.